

**RELATÓRIO CONSOLIDADO DE ACOMPANHAMENTO DA
EXECUÇÃO CONTRATUAL – RELAC**

**PORTO SECO RODOVIÁRIO
CANOAS– RS**

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

PORTO SECO DE CANOAS/RS

PERMISSIONÁRIA: BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A . (BAGERGS)

UNIDADE DA SRF JURISDICIONANTE: ALFÂNDEGA da R F do BRASIL de PORTO ALEGRE/RS

PERÍODO DO ACOMPANHAMENTO: JANEIRO A JUNHO DE 2018

Relatório da Execução Contratual de permissão do Porto Seco acima identificado, conforme disposto no inciso II do art. 34 da IN RFB nº 1.208, de 04 de novembro de 2011.

I - Realizei com a concessionária ou permissionária, reuniões periódicas, previamente planejadas e registradas em ata, com a finalidade de analisar e acompanhar a execução dos serviços no terminal;

<input type="checkbox"/> Não	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	Data:	Local de arquivamento das atas:
------------------------------	---	-------	---------------------------------

Observações: Foram realizadas reuniões periódicas com o fim de acompanhar a execução dos serviços no Porto Seco. Não houve a lavratura de Atas.

II – Certifiquei-me de que a concessionária ou permissionária realizou o pagamento de todas as taxas e emolumentos necessários à execução dos serviços no terminal e cumpriu as demais obrigações previstas em contrato;

<input type="checkbox"/> Não	<input checked="" type="checkbox"/> sim
------------------------------	---

Observações:

III – Exigi da contratada o fiel cumprimento das normas de segurança do trabalho, bem como a manutenção das instalações do terminal em bom estado de limpeza, organização e conservação;

<input checked="" type="checkbox"/> Não, a contratada cumpriu espontaneamente	<input type="checkbox"/> Sim
---	------------------------------

Observações:

IV – Exigi que, por parte da concessionária ou permissionária, fosse fielmente executado o que foi proposto na concorrência, em especial, a prestação adequada dos serviços, a conformidade dos recolhimentos ao FUNDAF e a observância da tarifa cobrada dos usuários;

<input type="checkbox"/> Não, a contratada cumpriu espontaneamente	<input type="checkbox"/> Sim
--	------------------------------

Observações:

V – Demandei da concessionária ou permissionária o cumprimento das formalidades objeto de autorizações específicas e propus, em caso de descumprimento dessas formalidades, o cancelamento de tais autorizações;

<input type="checkbox"/> Não, a contratada cumpriu espontaneamente	<input type="checkbox"/> Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Não há autorizações específicas
--	------------------------------	---

Observações:

VI – Ofereci, quando necessário, esclarecimentos e soluções técnicas para problemas identificados na execução dos serviços;

<input type="checkbox"/> Não, não foi necessário	<input checked="" type="checkbox"/> Sim
--	---

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

PORTE SECO DE CANOAS/RS

PERMISSIONÁRIA: BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A . (BAGERGS)

UNIDADE DA SRF JURISDICIONANTE: ALFÂNDEGA da R F do BRASIL de PORTO ALEGRE/RS

PERÍODO DO ACOMPANHAMENTO: JANEIRO A JUNHO DE 2018

Observações: Foi dado esclarecimento à Diretoria da Permissionária Bagergs sobre o devido cumprimento dos requisitos técnicos e operacionais legais exigidos para o devido funcionamento do Porto Seco de Canoas/RS, segundo determina a Portaria RFB nº 3.518/2011 com as atualizações das Portarias RFB nº 113/2013 e 1001/2014.

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

PORTO SECO DE CANOAS/RS

PERMISSIONÁRIA: BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A . (BAGERGS)

UNIDADE DA SRF JURISDICIONANTE: ALFÂNDEGA da R F do BRASIL de PORTO ALEGRE/RS

PERÍODO DO ACOMPANHAMENTO: JANEIRO A JUNHO DE 2018

VII – Levei ao conhecimento da SRRF jurisdicionante os problemas cujas soluções não eram de minha alçada e que poderiam acarretar dificuldades no desenvolvimento dos serviços ou comprometê-los futuramente;

<input checked="" type="checkbox"/> Não houve problemas desta natureza	Sim
--	-----

VIII – Propus à autoridade contratante a aplicação de penalidade à concessionária ou permissionária, observando o disposto nas normas legais pertinentes

<input checked="" type="checkbox"/> Não	Sim
---	-----

IX – Organizei arquivo contendo toda a documentação relativa à execução dos serviços no terminal;

<input checked="" type="checkbox"/> Sim	Local de arquivamento da documentação: EAD1
---	---

Observações: Toda a documentação referente ao controle do presente contrato encontra-se arquivado na EAD-1 (Equipe Aduaneira HUM) da Alfândega da Receita Federal do Brasil de Porto Alegre/RS, localizada em sala utilizada pela Receita Federal na BAGERGS.

X – Exigi da contratada o imediato ressarcimento por danos causados à SRRF ou a terceiros, durante a execução dos serviços no terminal;

<input checked="" type="checkbox"/> Não, não houve falta que causasse danos	Sim
---	-----

Observações:

XI – Informei à SRRF jurisdicionante, com antecedência mínima de um ano, o advento do termo contratual.

<input checked="" type="checkbox"/> Não está no prazo	Sim	Data da informação:
---	-----	---------------------

Observações:

XII – Foram realizadas auditorias e outros procedimentos de fiscalização no período? .

<input checked="" type="checkbox"/> Não	Sim
---	-----

Resultados:

XIII – Ocorreram no período reajustes das tarifas?

<input checked="" type="checkbox"/> Não	Sim
---	-----

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

PORTO SECO DE CANOAS/RS

PERMISSIONÁRIA: BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A . (BAGERGS)

UNIDADE DA SRF JURISDICIONANTE: ALFÂNDEGA da R F do BRASIL de PORTO ALEGRE/RS

PERÍODO DO ACOMPANHAMENTO: JANEIRO A JUNHO DE 2018

XIV – Ocorreram no período revisões tarifárias?

Não

Sim

Valores atualizados podem ser consultados no sítio www.bagergs.com.br na internet.

Parecer do Fiscal do Contrato

Nos termos do art. 21 da IN RFB nº 1.208/2011, de 04 de novembro de 2011, concluo que a permissionária Banrisul Armazéns Gerais S.A . (BAGERGS) executou a contendo os serviços prestados, com nota final de avaliação geral igual a 8,79 (Serviços classificados como BONS), em uma escala de um até dez. Houve ligeira melhora na qualidade dos serviços prestados, considerando-se que a nota final de avaliação geral no semestre anterior (Segundo Semestre/2017) foi de 8,62.

Fiscal do Contrato: SANDRO MARTINI VARGAS

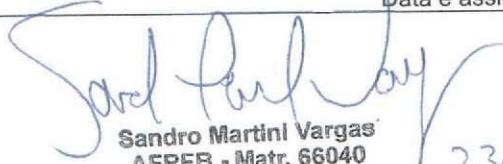
Matrícula: 66.040 – Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil

Portaria de Designação: Portaria IRF/POA nº 14 de 16/03/2015

Lotação: ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE PORTO ALEGRE/RS

Telefone : 051-3425-7032 (direto ao ramal)

Data e assinatura


Sandro Martini Vargas
AFRFB - Matr. 66040
Chefe EAD/3 - IRF/POA (RS)
23/07/18

TARIFAS	DESCRIÇÃO	Tarifas Originais	março-18
ARMAZENAGEM - IMPORTAÇÃO			
A11 - (%)	do valor CIF por período de 10 dias ou fração (1)	0,08	0,08
A12	por m ³ ou fração, período de 10 dias ou fração	2,00	4,40
A13	por m ² ou fração, período de 10 dias ou fração	3,00	6,60
ARMAZENAGEM - EXPORTAÇÃO			
A21 - (%)	do valor FOB por período de 30 dias ou fração (1)	0,10	0,10
A22	por m ³ ou fração, período de 30 dias ou fração	1,00	2,20
A23	por m ² ou fração, período de 30 dias ou fração	1,50	3,30
MOVIMENTAÇÃO - IMPORTAÇÃO - Merc. paletizada -			
M1	por m ³ ou fração	1,80	3,96
M2	por tonelada ou fração	1,50	3,30
MOVIMENTAÇÃO - IMPORTAÇÃO - Merc. não paletizada			
M3	por m ³ ou fração	3,50	7,70
M4	por tonelada ou fração	2,00	4,40
MOVIMENTAÇÃO - IMPORTAÇÃO - Merc. conteinerizada			
M5	por m ³ ou fração	3,50	7,70
M6	por tonelada ou fração	2,00	4,40
MOVIMENTAÇÃO - EXPORTAÇÃO - Merc. paletizada			
M71	por m ³ ou fração	1,80	3,96
M72	por tonelada ou fração	1,50	3,30
MOVIMENTAÇÃO - EXPORTAÇÃO - Merc. não paletizada			
M83	por m ³ ou fração	3,50	7,70
M84	por tonelada ou fração	2,00	4,40
MOVIMENTAÇÃO - EXPORTAÇÃO - Merc. conteinerizada			
M85	por m ³ ou fração	3,50	7,70
M86	por tonelada ou fração	2,00	4,40

OBS.:

tarifas ad valorem

Data

Nº Índice Acumulado

mar/18 659,665
 mar/04 299,746

Data atual
 Data tarifa Contrato

FORMULÁRIO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL DE PORTO SECO

TIPO DE PORTO SECO/ DESCRIÇÃO

PORTO SECO DE ZONA SECUNDÁRIA

LOCALIZAÇÃO DO PORTO SECO:	Av. Getúlio Vargas, nº 8201, Canoas, RS		
MODALIDADE DE OUTORGА	<input type="checkbox"/>	CONCESSÃO	<input checked="" type="checkbox"/> X
EMPRESA EXPLORADORA	BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A.		
CNPJ	92.721.232/0001-57		
VIGÊNCIA DO CONTRATO	Termo Inicial	22.10.2004	Termo Final
UNIDADE JURISDICIONANTE	ALE- PORTO ALEGRE		

MÊS DO SEMESTRE	SEMESTRE CIVIL	PRIMEIRO SEMESTRE/2018						
		Janeiro	Fevereiro	Março	Abri	Maio	Junho	TOTAL
MOVIMENTAÇÃO DO PORTO SECO								
Despachos Aduaneiros	UN	1.530	1.561	1.692	1.673	1.383	1.746	9.575
Entrada de Mercadorias importadas	US\$	24.665,147	19.973.209	22.947.088	24.460.132	15.417.131	27.569.486	135.022.193,00
Entradas de mercadorias para exportação	US\$	17.144.948	170.721.965	150.882.874	18.116.817	112.227.796	14.444.270	483.538.670,00
Imposto de Importação (a receber)	R\$	6.122.769	6.033.253	6.489.087	5.972.876	5.966.316	9.713.033	40.297.334
(PI) vinculado à importação	R\$	2.932.350	3.036.368	3.023.202	2.734.556	2.519.252	4.223.816	18.469.544
PIS/PASEP	R\$	1.153.424	1.029.553	1.326.967	1.299.892	1.216.705	1.764.352	7.790.893
COFINS	R\$	5.794.983	5.114.758	6.577.244	6.479.232	6.034.990	8.814.173	38.815.380
Utilização da capacidade de armazenagem	%	60,30%	70,20%	80,20%	70,20%	50,80%	69,90%	66,93%
DIÁDOS DO PERMISSIONARIO/CONCESS.								
Faturamento	R\$	637.715	767.508	821.006	808.053	796.635	980.596	4.811.513,00
Receitas de movimentação e armazenagem	R\$	606.472	653.618	804.821	792.808	792.210	993.951	4.643.880,00
Receitas acessórias	R\$	31.243	113.890	16.185	15.245	14.425	16.645	207.633,00
DADOS DA EXECUÇÃO CONTRATUAL								
PA's de iniciativa da SRF	UN	0	0	0	0	0	0	0
PA's decorrentes de denúncia ou reclamação	UN	0	0	0	0	0	0	0

Autor-Fiscal da RFB Sandro Martini Vargas, Matrícula nº 66.040, Fiscal do Contrato conforme Portaria IRF/POA nº 14 de 16 de março de 2015
 Obs.: O sistema DW é a fonte dos dados nos campos "Despachos Aduaneiros", "Imposto de Importação", "PI vinculado à Importação", "PIS/PASEP e COFINS
 A fonte dos dados dos demais campos deste relatório é o relatório mensal "Informações Operacionais" fornecido pela BAGERGS



Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 92.721.232/0001-57
Razão Social: BANRISUL-ARMAZENS GERAIS S/A
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 15/01/2019

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Consta
Impedimento de Litar: Nada Consta

Níveis cadastrados:

Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

I - Credenciamento (Possui Pendência)

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	03/01/2019
FGTS	Validade:	05/08/2018
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	05/01/2019

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	20/07/2018
Receita Municipal	Validade:	25/07/2018

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 31/05/2019

Esta declaração é uma simples consulta e não tem efeito legal

Emitido em: 10/07/2018 14:40

CPF: 423.925.940-15 Nome: VERA LUCIA ANTONELLO

Ass: _____

Jean Luiz Antônio
Banrisul Armazéns Gerais S/A
Vera Lucia Antonello Matr. 109
Assessora de Diretoria
Secretaria

1 de 1



Receita Federal

Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 10ª R.F.
Divisão de Administração Aduaneira - Diana

236!

Processo nº : 11080.003683/2002-09
Assunto : Reajuste de Tarifas do Contrato de Permissão SRRF10 – Nº 06/2004
– Porto Seco de Canoas

Informação SRRF10/DIANA, de 21 de maio de 2018.

Trata-se de solicitação da empresa Banrisul Armazéns Gerais S.A., Permissionária do Porto Seco de Canoas – RS, para que a Administração proceda a homologação do reajuste das tarifas do Contrato de Permissão SRRF10 – Nº 06/2004, firmado em 24/09/2004, conforme previsto em suas cláusulas Oitava e Quarta, inciso VII, respectivamente.

2. Assim, em análise ao pedido da Permissionária, constata-se, de acordo com a consulta ao site da Fundação Getúlio Vargas - FGV, que o percentual da variação do IGP-DI no período de março de 2004 a março de 2018 foi de 120,074%, o qual deve ser aplicado sobre as tarifas constantes na proposta, nos termos da cláusula Oitava do contrato.

3. Diante do exposto, encaminho o processo ao Chefe da SRRF10/DIPOL para homologação do reajuste das tarifas contratuais expressas em Reais, conforme explicitado acima.


Jorge Alfredo da Rosa Missaggia
AFRFB – Matrícula 14130

Com base na Informação SRRF10/DIANA, de 21 de maio de 2018, que **APROVO**, e considerando o disposto no inciso VII da Cláusula Quarta e na Cláusula Oitava do Contrato de Permissão nº 06/2004, celebrado em 24/09/2004, **HOMOLOGO** o reajuste das tarifas contratuais expressas em Reais, requerido pela Permissionária Banrisul Armazéns Gerais S.A., obtido pela aplicação da variação do IGP-DI de 120,074%, ocorrida no período de março de 2004 a março de 2018, sobre as atuais tarifas contratuais, resultando nas tarifas reajustadas constantes da planilha de fl. 2260.

Encaminhe-se o processo à SRRF10/DIANA para as providências referentes ao registro do reajustamento por apostilamento e para dar conhecimento desta homologação ao Fiscal do Contrato e à Permissionária.

Porto Alegre, 21 de maio de 2018.


LUÍS ANTÔNIO DA SILVA MACHADO
Chefe da SRRF10/DIPOL

BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A.

Protocolo: 2018000073695

**GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA****BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S/A**

**Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica nº 92.721.232/0001-57
Avenida Getúlio Vargas, 8201- Canoas - RS**

Relatório da Administração - Tem este a finalidade de apresentar o relatório do exercício de 2017 da BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S. A. – BAGERGS. Fundada em 12.11.1953, atualmente está constituída sob a forma de Sociedade Anônima, tendo seu capital aberto no exercício de 1996. Seu controle acionário é exercido pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A, que detém 99,50% das ações. A empresa está situada no município de Canoas - RS, onde atua no ramo de Armazéns Gerais, na locação de espaços para depósito, guarda e conservação de mercadorias, como Porto Seco, através de Contrato de Permissão, com Receita Federal, na prestação de serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias importadas e as destinadas à exportação, submetidas aos seguintes regimes aduaneiros: comum e suspensivo (entreposto aduaneiro, admissão temporária, trânsito aduaneiro, drawback, exportação temporária, depósito alfandegado certificado e depósito especial alfandegado). Também desenvolve atividades de Armazenamento, Digitalização e Gerenciamento Eletrônicos de Documentos - GED. A estrutura da empresa conta com área total de 107.300m², sendo 34.000m² de área coberta, distribuída em 10 (dez) armazéns, amplo pátio de manobra para tráfego de caminhões de cargas e armazenagem de contêineres, área climatizada, pátio e reach stacker para movimentação de contêineres, balança eletrônica rodoviária, aparelho de raio X (scanner) e sistema de contingenciamento de energia. Dentro do planejamento, foi implementada a integração e migração ao ambiente computacional do Banrisul, para atender os serviços de armazenamento, digitalização e gerenciamento eletrônico de documentos – GED e a colocação de 15.000m² de sobre telhado, nos armazéns, como forma de melhoria nas instalações do Porto Seco. Foram efetuadas readequações na estrutura organizacional da empresa, ampliando a área comercial com o objetivo de incrementar a carteira de clientes e fortalecer a competitividade da empresa no mercado. Em função do cenário econômico, a empresa sofreu impacto nas operações do Porto Seco, especialmente nas importações, na qual observamos uma queda de 11,58%, em comparação ao ano anterior. Já as operações de exportação mantiveram-se estáveis, com incremento de 5,25%, em relação ao ano de 2016. Atualmente a força de trabalho é composta por 162 colaboradores, sendo 92 do quadro efetivo da empresa e os outros 70, composto por estagiários, jovens aprendizes e empregados terceirizados na prestação de serviços de manutenção predial e vigilância. Expressamos nossos agradecimentos ao Governo do Estado, ao Controlador - Banco do Estado do Rio Grande do Sul, bem como às partes envolvidas pelo apoio, colaboração e confiança recebida. Canoas, 31 de dezembro de 2017.

João Simioni
Diretor Presidente

Zilmino Jacedir Tartari
Diretor Superintendente

Balanços Patrimoniais - Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2017	2016
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	4	170	353
Aplicações financeiras	5	25.962	26.878
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	6	1.657	1.543
Outros créditos	7	1.256	1.059
Total do ativo circulante		29.045	29.833
Ativo fiscal diferido	13.b	548	685
Depósitos judiciais	7	1.268	1.008
Outros créditos	7	171	199
Total do realizável a longo prazo		1.987	1.892
Investimentos		18	18
Imobilizado	8	15.756	16.995
Intangível		242	372
		16.016	17.385
Total do ativo não circulante		18.003	19.277
Total do ativo		47.048	49.110
	Nota	2017	2016
Passivo			
Fornecedores e outras contas a pagar		748	929
Empréstimos e financiamentos	9	717	654
Passivo fiscal corrente		248	394
Outras obrigações	11	4.933	6.022
Total do passivo circulante		6.646	7.999
Empréstimos e financiamentos	9	605	1.379
Provisão para contingências	10	1.330	1.396
		1.935	2.775
Total do passivo não circulante			
Patrimônio líquido	14		
Capital social		37.700	34.100
Reserva de capital		231	231
Reservas de lucros		536	4.005
Total do patrimônio líquido		38.467	38.336
Total do passivo e do patrimônio líquido		47.048	49.110

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais, exceto lucro

Pagamento de empréstimos	(711)	(983)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	(711)	(983)
Caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial do exercício	353	299
Saldo final do exercício	170	353
Aumento (redução) caixa e equivalentes	(183)	54

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2017	2016
Receitas (1)		17.074	20.492
Receita da prestação de serviços	15	14.762	14.818
Outras receitas		2.088	5.490
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		224	184
Insumos adquiridos de terceiros (2)		(7.004)	(7.436)
Custos dos serviços prestados		(3.338)	(2.796)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(3.666)	(4.640)
Valor adicionado bruto (1) - (2) = (3)		10.070	13.056
Depreciação e amortização (4)		(1.640)	(1.619)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3) - (4) = (5)		8.430	11.437
Valor adicionado recebido em transferência (6)		2.518	3.359
Receitas financeiras		2.518	3.359
Valor adicionado total a distribuir (5+6)		10.948	14.796
Distribuição do valor adicionado		10.948	14.796
Pessoal		6.792	6.379
Remuneração direta		4.681	4.363
Benefícios		1.702	1.703
FGTS		409	313
Impostos, taxas e contribuições		3.782	5.126
Federais		3.319	4.572
Estaduais		29	28
Municipais		434	526
Remuneração de capitais de terceiros		202	322
Despesas financeiras		202	322
Remuneração de capitais próprios		172	2.969
Dividendos		41	705
Lucros retidos		131	2.264

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

1. Contexto operacional - A Banrisul Armazéns Gerais S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil e controlada pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banrisul"). Sua sede localiza-se na Avenida Getúlio Vargas, 8201, Bairro São Luis, Canoas, Rio Grande do Sul. Atua no ramo de Armazéns Gerais na locação de espaços para depósito, guarda e conservação de mercadorias, como Porto Seco, através de Contrato de Permissão, com a Receita Federal, firmado em 22/10/2004, com prazo de vinte e cinco anos, renovável por mais dez anos, na prestação de serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias importadas e as destinadas à exportação, submetidas aos seguintes regimes aduaneiros: comum e suspensivo (entreposto aduaneiro, admissão temporária, trânsito aduaneiro, drawback, exportação temporária, depósito alfandegado certificado e depósito especial alfandegado) e no Armazenamento, Digitalização e Gerenciamento de Documentos - GED.

2. Apresentação das demonstrações financeiras - As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017 foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que comprehendem as normas estabelecidas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). As práticas contábeis utilizadas foram apresentadas de forma consistente para todos os períodos divulgados. As demonstrações financeiras também foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais do Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"). A emissão, destas demonstrações financeiras, foi aprovada pela Diretoria da Companhia em 31 de janeiro de 2018.

3. Principais políticas contábeis - As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue.

a) Reconhecimento das receitas: A receita de prestação de serviços é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de descontos comerciais e bonificações concedidas ao cliente e outras deduções similares, sendo que valores a receber ainda não faturados são calculados com base em estimativas do valor das receitas de prestações de serviço de armazenagem das mercadorias a serem desembargadas. A receita de aluguel é reconhecida pelo método linear durante o período de vigência do contrato. A Companhia não incorreu em custos diretos iniciais na negociação e preparação do leasing operacional que devam ser adicionados ao valor contábil dos ativos arrendados. A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto. A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método de taxa efetiva de juros.

b) Lucro por ação: A Companhia efetua os cálculos do lucro por lote de mil ações, utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado.

c) Tributação: Impostos sobre serviços. As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes

alíquotas básicas:

	Alíquotas
COFINS - Contribuição para Seguridade Social	7,60%
PIS - Programa de Integração Social	1,65%
ISSQN - Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza	2,00%
FUNDAF - Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização	9,51%
- Importação	9,51%
- Exportação	6,03%

Esses encargos são apresentados como deduções de receitas na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados deduzindo o custo dos serviços prestados na demonstração do resultado. Fundaf: A receita de prestação de serviços de movimentação e armazenagem das mercadorias importadas e das destinadas à exportação, no Porto Seco, estão sujeitas à tributação do FUNDAF - Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização nas alíquotas de 9,51% e 6,03%, respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções de receitas na demonstração do resultado. Imposto de renda e contribuição social: Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais, e são demonstrados no ativo ou passivo circulante, de acordo com a previsão de sua realização e/ou liquidação. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. O imposto de renda e contribuição social diferidos ("tributos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. A recuperção do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperção de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em "Outros resultados abrangentes", ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os tributos correntes e diferidos também são reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a Companhia não teve impostos registrados diretamente às rubricas do patrimônio líquido. d) Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável. Constituída em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas, a provisão para créditos de liquidação duvidosa é mensurada após identificação de atrasos superiores a noventa dias e os clientes que se encontram nessa situação são provisionados integralmente, exceto em situações que a administração renegociou os valores em atraso. e) Imobilizado: A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme descrito abaixo:

	Vida útil média ponderada
Edificações e benfeitorias	43 anos
Máquinas e equipamentos	9 anos
Móveis e utensílios	7 anos
Veículos	6 anos
Equipamentos de informática	3 anos
Instalações	10 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. f) Intangível: Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por softwares. Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas e valor recuperável. Ativos intangíveis que possuem vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica pelo prazo de 5 anos e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. g) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado. Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não foram identificados eventos que indicassem que os ativos não financeiros não são realizáveis, desta forma, não há nesta data provisão para recuperção de ativos. h) Caixa e equivalentes de caixa: Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. i) Instrumentos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração: Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do período. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: Aplicação Financeira – SIAC, Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e Letra Financeira - Mensal. A Aplicação Financeira – SIAC classificado como ativo disponível para venda, e contas a receber de clientes, classificados como empréstimos e recebíveis. A Companhia avalia, formalmente, a recuperabilidade do valor aplicado junto ao SIAC tomando por base o histórico de recebimentos, a capacidade de pagamento do devedor e outros mecanismos de recebimento que poderiam ser utilizados no âmbito do programa. Os principais passivos financeiros são contas a pagar a fornecedores e empréstimos, os quais são avaliados ao custo amortizado. Mensuração subsequente: A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a classificação dos

instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: a valor justo por meio do resultado; empréstimos e recebíveis, valores de fornecedores tratados ao custo amortizado. **i) Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. **k) Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo, amortizado com o uso de método de taxa efetiva de juros. **l) Empréstimos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. **m) Capital Social:** As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. **n) Provisões: Geral:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/ obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os processos judiciais classificados como perda possível são divulgados em nota explicativa e os de perda remota não são divulgados, conforme CPC 25. **o) Arrendamentos operacionais:** Os arrendamentos operacionais referem-se a contratos de aluguéis de partes de seu imobilizado, explorados em conjunto com os serviços prestados. Os contratos são canceláveis pelas partes desde que comunicados previamente com 30 dias de antecedência. **p) Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. A Companhia avalia periodicamente o efeito deste procedimento e nos exercícios de 2017 e 2016 não transacionou operações de longo prazo (e tão pouco relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas. **q) Demonstrações dos fluxos de caixa e Demonstração do Valor Adicionado:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC. A demonstração do valor adicionado (DVA) foi preparada de acordo com o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o exercício, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes. **4. Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários.**

	31/12/2017	31/12/2016
Caixa	28	29
Bancos conta corrente	142	324
	170	353

5. Aplicações financeiras - Composição das aplicações financeiras:

	31/12/2017	31/12/2016
Circulante		
Mantido para negociação		
- Aplicação Siac (a)	15.336	23.393
- CDB	10.316	2.228
- Fundos	310	1.257
	25.962	26.878

(a) Os valores aplicados no SIAC – Sistema Integrado de Administração de Caixa do Estado do Rio Grande do Sul instituído pelo Decreto Estadual nº. 33.959, de 31 de maio de 1991, são remunerados com base na variação de 100% da taxa SELIC e o resgate desses valores depende de solicitação por parte da Banrisul Armazéns Gerais S.A. e a disponibilidade da liberação desses recursos por parte do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Os rendimentos auferidos com a aplicação destes recursos foram registrados na rubrica receitas financeiras e totalizaram R\$ 2.042 (R\$ 2.640 em 2016). **6. Contas a receber de clientes e outros recebíveis - Composição das contas a receber de clientes:**

	31/12/2017	31/12/2016
Clientes - Devedores por armazenagem	3.244	3.316
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(1.946)	(2.174)
Créditos com Controlador	359	401
	1.657	1.543

Em 31 de dezembro de 2017, os saldos das contas a receber de clientes por vencimento são os seguintes:

	31/12/2017	31/12/2016
A vencer		
Vencidos:		
Até 30 dias	77	144
De 31 a 60 dias	43	20
De 61 a 90 dias	14	38
De 91 a 360 dias	58	60
Mais de 360 dias	1.819	2.349

3.244 3.316

7. Outros créditos - Este agrupamento é composto de demais títulos, valores e outras contas a receber, normalmente não originadas do objeto principal da Companhia e Despesas antecipadas:

	31/12/2017	31/12/2016
Circulante		
Tributos a recuperar	112	298
Adiantamento a funcionários	71	51
Outros valores realizáveis	307	305
Despesas antecipadas	766	405
	1.256	1.059
Não circulante		
Depósitos judiciais	1.268	1.008
Cauções	59	111
Outros valores e bens BNU	112	88
	1.439	1.207

8. Imobilizado - A Companhia considera o valor de custo de seus ativos imobilizados compatível com o potencial de geração de benefícios econômicos de suas operações atuais.

Custo	31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2017
Terrenos	5.261	-	-	-	5.261
Edificações e Benfeitorias	8.109	110	(16)	1.064	9.267
Móveis e Utensílios	795	-	(10)	-	785
Máquinas e Equipamentos	2.018	132	(26)	-	2.124
Equipamentos - Empilhadeira	2.485	-	-	-	2.485
Veículos	2.605	-	(203)	-	2.402
Instalações	5.297	33	-	-	5.330
Obras em Andamento	1.012	92	(17)	(1.064)	23
Equipamentos de Informática	449	2	-	-	451
Total	28.031	369	(272)	-	28.128

Depreciação acumulada	31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2017
Edificações e Benfeitorias	(4.371)	(154)	-	-	(4.525)
Móveis e Utensílios	(565)	(49)	13	-	(601)
Máquinas e Equipamentos	(1.108)	(154)	6	-	(1.256)
Equipamentos - Empilhadeira	(1.369)	(271)	-	-	(1.640)
Veículos	(1.246)	(403)	143	-	(1.506)
Instalações	(2.028)	(421)	-	-	(2.449)
Equipamentos de Informática	(351)	(44)	-	-	(395)
Total	(11.038)	(1.496)	162	-	(12.372)

Valor contábil 16.993 (1.129) (110) - 15.756

9. Empréstimos e financiamentos

	Juros	Vencimento	31/12/2017	31/12/2016
Circulante				
FINAME	3,00% a.a.	15/04/2020	717	654
			717	654
Não Circulante				
FINAME	3,00% a.a.	15/04/2020	605	1.379
			605	1.379
			1.322	2.033

As parcelas de curto e longo prazo em 31 de dezembro de 2017 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

Vencimento	Valor nominal
2018	717
2019	517
2020	88
Total	1.322

Os financiamentos estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados e não possuem cláusulas restritivas em seus contratos. **10. Provisão para contingências** - A Companhia é parte em processos judiciais de natureza cível e trabalhista. As provisões foram constituídas tendo como base a opinião de assessores legais, através da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e ao desfecho de causa.

Os valores das ações avaliadas como sendo de perda provável foram integralmente provisionados. A Administração entende que os valores provisionados são suficientes para atendimento de eventuais perdas nos processos judiciais. Demonstramos a seguir a composição e movimentação das provisões para contingências da Companhia:

	Cível	Trabalhista	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	525	871	1.396
Adições	-	-	-
Atualizações	49	92	141
Reversões	-	(184)	(184)
Baixa por pagamento	-	(23)	(23)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	574	756	1.330

Provisões cíveis: Ações de caráter indenizatório referente a indenização material e/ou moral, referentes à relação advinda da prestação de serviços de armazenagem e movimentação de cargas em Porto Seco, bem como no regime de armazém geral e da locação da área. Registram a provisão constituída, no momento do recebimento da citação inicial, e são ajustadas mensalmente, pelo valor indenizatório pretendido, nas provas apresentadas e na avaliação de assessores jurídicos, a qual leva em conta a jurisprudência, subsídios fáticos levantados, provas produzidas nos autos e as decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, quanto ao grau de risco de perda da ação judicial. Existem ainda processos cíveis que, de acordo com a sua natureza são consideradas como de perda possível, no montante de R\$ 1.187 em 31 de dezembro de 2017 (R\$1.080 em 31 de dezembro de 2016), e de acordo com as práticas contábeis não são provisionadas.

Provisões trabalhistas: São ações movidas principalmente por ex-empregados, trabalhadores terceirizados e sindicatos, pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de horas-extras, equiparação salarial e

desvio de funções e outros direitos trabalhistas. Registra-se a provisão constituída para as ações trabalhistas ajuizadas contra a Companhia, na ocasião da notificação judicial, cujo risco de perda é considerado provável. O valor da provisão é apurado de acordo com a estimativa de desembolso feita por nossa Administração, revisada periodicamente com base em subsídios recebidos de nossos assessores legais, sendo ajustadas ao valor do depósito de execução quando estes são exigidos. Da provisão mencionada, está depositado judicialmente o montante de R\$ 1.268 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 1.008 em 31 de dezembro de 2016). Existem ainda causas trabalhistas que, de acordo com a sua natureza são consideradas como de perda possível, no montante de R\$ 6.446 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 6.332 em 31 de dezembro de 2016), e de acordo com as práticas contábeis não são provisionadas. **11. Outras obrigações** - Este subgrupo engloba as obrigações com empregados e respectivos encargos sociais, além de outras obrigações definidas com terceiros não inclusas em outros subgrupos.

31/12/2017 31/12/2016

Circulante	3.782	4.684
Débitos - controlador (a)	111	56
Débitos - outras partes relacionadas	20	19
Dividendos e JCP a pagar	328	343
Retenções contratuais	-	169
Provisões	692	751
Obrigações sociais e trabalhistas	4.933	6.022

(a) O saldo desta conta está demonstrado na nota explicativa 12.

12. Transações com partes relacionadas - As transações com partes relacionadas compreendem, basicamente, depósitos no bancários à vista e aluguéis de instalações com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A e aplicações financeiras no Sistema Integrado de Administração de Caixa - SIAC do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, mantida no Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A, efetuadas a taxas e condições de mercado. A Companhia também contrata serviço de cartão vale alimentação e refeição da Banrisul Cartões S.A. As principais transações e saldos com partes relacionadas são indicados a seguir:

	Banco do Estado do Rio Grande do Sul (controlador direto)	Governo do Estado do Rio Grande do Sul (controlador indireto)	Banrisul Cartões S.A (Outras partes relacionadas)	31/12/2017
Ativo				
Circulante				
Depósitos Bancários	134	-	-	134
Aplicações Banrisul CDB/ LF	9.152	-	-	9.152
Aplicação SIAC	-	15.336	-	15.336
Crédito com partes relacionadas	359	-	-	359
	9.645	15.336	-	24.981
Passivo				
Circulante				
Dividendos a pagar	(3.075)	-	-	(3.075)
Contas a pagar	(707)	-	(111)	(818)
	(3.782)	-	(111)	(3.893)
Resultado				
Receitas				
Aluguel	2.327	2.042	-	4.369
Financeira	2.130	-	-	2.130
Despesas				
Comunicação	197	2.042	-	2.239
Outras	(146)	-	(609)	(755)
Recuperação de despesas	(123)	-	-	(123)
	(23)	-	(609)	(632)
	1.610	-	-	1.610

	Banco do Estado do Rio Grande do Sul (controlador direto)	Governo do Estado do Rio Grande do Sul (controlador indireto)	Banrisul Cartões S.A (Outras partes relacionadas)	31/12/2016
Ativo				
Circulante				
Depósitos Bancários	324	-	-	324
Aplicações Banrisul CDB	153	-	-	153
Aplicação SIAC	-	23.393	-	23.393
Crédito com partes relacionadas	401	-	-	401
	878	23.393	-	24.271
Passivo				
Circulante				
Dividendos a pagar	(3.034)	-	-	(3.034)
Contas a pagar	(1.650)	-	(56)	(1.706)
	(4.684)	-	(56)	(4.740)
Resultado				
Receitas				
Aluguel	1.989	2.884	-	4.873
Financeira	1.980	-	-	1.980
Despesas				
Comunicação	9	2.884	-	2.893
Outras	(243)	-	(620)	(863)
Recuperação de despesas	(177)	-	-	(177)
	(66)	-	(620)	(686)
	1.177	-	-	1.177

Remuneração do pessoal chave da Administração - Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores, do Conselho de Administração e Conselho Fiscal conforme determina o Estatuto Social. A Companhia paga R\$ 3,5, mensalmente, para cada membro do Conselho de Administração e R\$ 3,6 mensalmente, para cada membro, em exercício, do Conselho Fiscal. No período findo em 31 de dezembro de 2017 foi pago o montante de R\$ 199 (R\$ 468 em 31/12/2016) a título de remuneração dos Administradores (honorários e verbas de representação), incluindo os honorários para os Conselhos de Administração e Fiscal. A Companhia não oferece a suas pessoas chave benefícios de remuneração nas categorias de (i) benefício pós-emprego, (ii) benefício de longo prazo, (iii) benefício de rescisão de contrato de trabalho e (iv) remuneração baseada em ações. **13. Imposto de renda e contribuição social**

a) Conciliação do resultado de IRPJ e CSLL do exercício:

	31/12/2017		31/12/2016	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	285	285	4.099	4.099
(+) Adições	487	487	983	983
(-) Exclusões	(843)	(843)	(1.412)	(1.412)
Base de cálculo	(71)	(71)	3.670	3.670
IRPJ e CSLL pelas alíquotas vigentes	(11)	(6)	894	330
(-) Incentivos fiscais e outros	(7)	-	(72)	-
IRPJ e CSLL Correntes	(18)	(6)	822	330
IRPJ e CSLL diferidos	(83)	(30)	(16)	(6)
TOTAL IRPJ e CSLL	(101)	(36)	806	324

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:

	31/12/2017	31/12/2016
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.946	2.071
Provisão para passivo cívico e trabalhistas	1.330	1.397
IRPJ e CSLL pelas alíquotas vigentes	3.276	3.468
Depreciação CPC 27	1.114	1.179
IRPJ e CSLL pelas alíquotas vigentes	(1.665)	(1.452)
Total líquido	(566)	(494)
	548	685

14. Patrimônio Líquido - a) Capital social: O Capital Social, em 31 de dezembro de 2017 é de R\$37.700 (R\$ 34.100 em 2016), representado por 700.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, sendo 696.486 ações pertencentes ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A, seu controlador. **b) Distribuição de resultados:** O lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, terá as seguintes destinações: (i) 5% para constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital Social, (ii) 25% para distribuição como dividendo obrigatório e (iii) o restante terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	172	2.969
Reserva Legal (5%)	(9)	(148)
Base de cálculo dos dividendos	163	2.821
Dividendos (25%)	41	705

A Administração irá propor aos acionistas a capitalização da reserva de retenção de lucros no valor de R\$ 122.

15. Receita - A receita líquida é composta como segue:

	2017	2016
Receita bruta:		
Serviços de armazenagem	14.762	14.818
Deduções:		
Impostos sobre receita de serviços (a)	(2.208)	(2.527)
Descontos e cancelamentos	(79)	(151)
Receita operacional líquida	12.475	12.140

(a) Os tributos incidentes sobre a receita de serviços são: PIS, COFINS, FUNDAF e ISSQN.

16. Informações sobre a natureza dos custos e despesas operacionais

	Custos dos serviços prestados		Despesas administrativas		Total	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Pessoal	3.192	3.293	3.872	3.699	7.064	6.992
Terceirizados	354	632	2.498	2.586	2.852	3.218
Honorários da administração	-	-	734	622	734	622
Depreciação e amortização	967	951	673	668	1.640	1.619
Comunicação	-	-	155	290	155	290
Energia elétrica	372	462	186	248	558	710
Gastos com veículos	251	220	73	101	324	321
Despacho aduaneiro	71	100	-	-	71	100
Reclamatórias trabalhistas	-	-	103	192	103	192
Contingências	-	286	48	66	48	352
Conservação e manutenção	214	521	72	295	286	816
Viagens e estadias	155	135	11	-	166	135
Seguro	626	216	13	-	639	216
Informática	-	-	48	107	48	107
Material de expediente	23	-	80	112	103	112
Crédito de liquidação duvidosa	-	-	24	495	24	495
Débitos incobráveis	-	-	155	369	155	369
Despesas c/ Armazenagem	1.126	-	-	-	1.126	-
Outras	146	224	426	274	572	498
Total	7.497	7.040	9.171	10.124	16.668	17.164

17. Outras receitas

	31/12/2017	31/12/2016
Indenizações de terceiros	-	194
Recuperação de despesas (a)	1.610	1.177
Recuperação de créditos – Lei 9.430/96	176	28
Ganho de capital	56	3.824
Reversão de provisão para crédito de liquidação duvidosa	247	679
Reversão de provisão de contingência cível	-	279
Reversão de provisão de contingência trabalhista	207	13
Outras	46	146
	2.342	6.340

(a) Os valores registrados em Recuperação de Despesas referem-se a reembolso de despesas com condomínio, vigilância,

portaria, água luz e demais taxas, conforme estabelecido em contrato de locação comercial.

18. Instrumentos financeiros - A Banrisul Armazéns Gerais S.A é uma empresa pública, de capital aberto e de controle acionário privado, sendo o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. detentor de 99,48% das ações. A Companhia não faz parte do conglomerado prudencial do Banrisul, apenas do conglomerado econômico. A gestão de capital e de riscos corporativos é ferramenta estratégica e fundamental para esta Companhia. Dentre os principais riscos aos quais a Companhia está exposta, pode-se destacar o risco de crédito, mercado, liquidez e operacional. A gestão de riscos é realizada de forma integrada, o que permite agilidade no processo de análise e tomada de decisão. O principal risco identificado relacionado nas operações da Companhia é o risco de crédito, devido à possibilidade de ocorrência de perdas para a Companhia associadas ao não cumprimento pelo cliente de suas obrigações nos termos pactuados, sobre as contas a receber de clientes, caixa e equivalente de caixa. A Companhia considerou como aceitável a sua exposição ao risco mencionado acima e não contratou operações envolvendo Instrumentos Financeiros Derivativos. Por não possuir instrumentos financeiros significativamente sujeitos a alterações de valor em função de risco de mercado, a Companhia não elaborou e não está apresentando a análise de sensibilidade, conforme requerido pela Instrução CVM 475/08.

	31/12/2017	31/12/2016
Aplicações Financeiras	25.962	26.879
Clientes	3.244	3.316
Total	29.206	30.195

Os principais ativos financeiros em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 reconhecidos pela Companhia são: Aplicações financeiras e contas a receber de clientes, além dos saldos de caixa e equivalentes de caixa. Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros disponíveis para venda, mantidos para negociação e/ou empréstimos e recebíveis, respectivamente. Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. Gestão de capital - A Companhia possui sólida estrutura de capital, formada basicamente por capital próprio, ideal para reduzir seus custos e maximizar o retorno aos acionistas, além de viabilizar a estratégia de crescimento e riscos controlados. Condizente com as melhores práticas do setor, a Companhia monitora o retorno sobre o capital investido. Risco de crédito - O risco de crédito na Companhia está relacionado com a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo cliente, de suas obrigações previamente acordadas. Para gerir este risco são realizadas análises de documentação cadastral, validadas informações com a Receita Federal e a Secretaria da Fazenda Estadual, monitorados relatórios de clientes inadimplentes, além de, em caso de inadimplência, retidas mercadorias. Risco de mercado - Risco de mercado é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos nos preços de mercado dos instrumentos financeiros, provocados por flutuações em cotações de ações, preços de mercadorias, taxas de juros e taxas de câmbio. A estrutura do balanço patrimonial apresenta baixo risco de mercado. Grande parte do ativo financeiro é o SIAC com referencial pós fixado. Por outro lado, nas operações passivas o Patrimônio Líquido (riqueza efetiva) da Companhia representa 79% do total do passivo de acordo com o balancete da Companhia (dez 2017). Risco de liquidez - Risco de liquidez consiste na possibilidade da Companhia não conseguir honrar seus compromissos financeiros devido à insuficiência de recursos para fazer frente às obrigações de pagamento. Pode ser classificado em: Risco de liquidez de fluxo de caixa: é a possibilidade da ocorrência de descasamento entre os pagamentos e os recebimentos, o que afeta o fluxo normal das obrigações da Companhia. Risco de liquidez de mercado: é a possibilidade de perda na liquidação de uma posição de participação relativamente significativa no mercado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. Para gestão do risco de liquidez, a Banrisul Armazéns Gerais S.A. institui princípios, procedimentos e padrões adequados ao seu gerenciamento. Desta forma, é possível que seja feito o acompanhamento dos níveis de descasamento de liquidez, para os diversos prazos e os parâmetros de reserva mínima de liquidez diária, inclusive para momentos de crise. É feito o monitoramento dos ativos elegíveis para composição dos recursos disponíveis, de modo a satisfazer todos os compromissos, bem como cumprir as exigências normativas quanto à liquidez e monitorar o consumo de recursos. Para assegurar as melhores práticas na gestão de risco de liquidez, a Banrisul Armazéns Gerais S.A. adota medidas de aperfeiçoamento e continuidade dos processos. A estrutura de seu balanço patrimonial apresenta baixo risco de liquidez com grande parte de seus ativos aplicada em Operações Compromissadas de um dia lastreadas com títulos públicos federais. Por outro lado, nas operações passivas, o Patrimônio Líquido (riqueza efetiva) da Companhia representa 79% do total do passivo de acordo com o balancete da Companhia (dez 2017). Risco Operacional - O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos, incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela mesma.

19. Plano de benefícios de aposentadoria - A Companhia não possui planos de benefícios de aposentadoria para seus empregados.

20. Cobertura de seguros - A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2017, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 90.000 mil para danos materiais e R\$ 100 mil para responsabilidade civil.

21. Segmentos operacionais - A Companhia atua como armazém geral, efetuando a movimentação, guarda e conservação de mercadorias e produtos, entreposto aduaneiro, depósito alfandegário e na locação ou arrendamento da área de sua propriedade para terceiros conforme descrito na Nota 1. Ambos segmentos não são controlados e gerenciados pela Companhia como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

João Simioni
Diretor Presidente

Zilmino Jacedir Tartari
Diretor Superintendente

Susie Ane de Freitas Pacheco
Contadora - CRC RS 083297/O-1

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Na qualidade de membros do Conselho de Administração da Banrisul Armazéns Gerais S.A., e no exercício das atribuições que nos confere o artigo 142, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações do Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado e demais demonstrativos e notas explicativas à luz do

Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras, documentos esses relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Com base nesse exame, somos de opinião que as mencionadas peças merecem a aprovação deste Conselho. Canoas, 28 de fevereiro de 2018.

Júlio Francisco Gregory Brunet
Presidente do Conselho de Administração
Carlos Renato Vargas de Abreu
Conselheiro

João Simioni
Conselheiro
José Paulo de Almeida
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros efetivos do Conselho Fiscal da Banrisul Armazéns Gerais S.A., no cumprimento das disposições legais e estatutárias, examinamos o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações do Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado, relativos ao exercício de 2017. Baseado no exame procedido e no Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras, sem modificações, entendemos que as contas refletem com exatidão a posição econômica, financeira e patrimonial da Banrisul Armazéns Gerais S.A., por isso somos de parecer favorável à sua aprovação. Canoas, 28 de fevereiro de 2018.

Jorge Irani da Silva
Diretor Presidente

Roberto Fantinel
Conselheiro

Ronei Xavier Janovik
Conselheiro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da Banrisul Armazéns Gerais S.A. Canoas-RS. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Banrisul Armazéns Gerais S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Reconhecimento de receita:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 3 (a) e 15, a Companhia possui diferentes fontes de receita provenientes da prestação de serviços de logística, transporte e armazenagem, bem como locação de armazéns, cujo momento de reconhecimento varia conforme características específicas dos respectivos contratos. A principal fonte de receita é a armazenagem de mercadorias provenientes do serviço de porto seco e é reconhecida mensalmente pelo prazo do armazenamento e considerando as características contratuais, tais como em função de fatores como peso, valor monetário ou espaço ocupado. Devido à relevância dessas operações no contexto das demonstrações contábeis, consideramos o reconhecimento de receitas como assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Efetuamos entendimento do processo que envolve o reconhecimento das receitas, com base em amostragem, testamos a precisão dos valores faturados e incorridos e não faturados, seus respectivos registros contábeis e liquidação financeira. Avaliamos os critérios adotados no reconhecimento contábil das receitas incorridas e não faturadas, testamos o cálculo matemático para apuração dos valores e identificamos os respectivos valores nos faturamentos efetuados em períodos subsequentes. Adicionalmente, efetuamos procedimentos analíticos sobre os saldos relacionados, considerando as expectativas sobre estes saldos obtidas com base em nosso conhecimento histórico da Companhia. Avaliamos também as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável o reconhecimento de receita no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de

distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2018.

KPMG Auditores Independentes
CRC 1SP014428/F-7

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 1SP252419/O-0

CAVALETTI S/A CADEIRAS PROFISSIONAIS

Protocolo: 2018000073675

CAVALETTI S/A - CADEIRAS PROFISSIONAIS - CNPJ 88.709.621/0001-90 NIRE 4330004920 5

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Senhores Acionistas: Apresentamos o balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017. Prontos para quaisquer outros esclarecimentos, subscrevemo-nos, atenciosamente. A Administração. Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 2017 e 2016 (valores em reais). As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Nota	2017	2016
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3.2	2.246.184	1.633.958
Contas a receber	3.3	24.144.335	20.770.099
Estoques	3.4	18.023.078	16.233.334
Créditos tributários	3.5	2.164.370	1.463.862
Outros créditos	3.6	1.629.146	539.171
Total do ativo circulante	48.207.113	40.640.424	
Não circulante			
Investimentos temporários	3.7	6.064.958	8.396.444
Imobilizado	3.8	41.721.910	41.574.103
Intangível	3.8	441.090	194.934
Total do ativo não circulante	48.227.958	50.165.481	
Total do ativo	96.435.071	90.805.905	
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante			
Fornecedores	3.10	4.332.370	1.792.707
Obrigações fiscais a pagar		2.023.049	2.303.337
Obrigações sociais e trabalhistas		4.487.967	3.373.518
Adiantamento de clientes		2.004.485	477.445
Faturamento antecipado		514.302	481.687
Dividendos a pagar	4.2	13.070.097	8.678.824
Outras contas a pagar	3.11	5.170.159	5.297.866
Total do passivo circulante	31.602.429	22.405.384	
Não circulante			
I. Renda e contribuição social, diferidos		1.626.172	1.789.968
Total do passivo não circulante	1.626.172	1.789.968	
Patrimônio líquido			
Capital social	4.1	20.000.000	20.000.000

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	2017	2016
Fluxo de caixa atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	12.056.757	11.422.622
Aj. p/ reconciliar lucro líq. do exercício c/o caixa gerado pelas ativ. operacionais:		
Depreciações e Amortizações	3.398.180	3.196.210
Variação juros s/capital próprio	(660.000)	(630.000)
Alienação do ativo imobilizado	331.383	229.591
Sub-total	15.126.320	14.218.422
Ingressos	7.677.545	1.911.982
Redução de clientes a receber	-	1.201.569
Redução de investimentos temporários	2.331.486	-
Redução outros créditos	-	1.980
Aumento de fornecedores	2.539.663	-
Aumento de adiantamento de clientes	1.527.040	191.220
Aumento de comissões à pagar	131.702	-
Aumento faturamento antecipado	32.615	-
Aumento das obrigações fiscais	-	517.213
Aumento de obrigações sociais e trabalhistas	1.114.449	-
Aumento de outras obrigações	590	-
Desembolsos	7.234.750	7.072.913
Aumento de estoques	1.789.744	4.242.954
Aumento de clientes a receber	3.374.236	-
Aumento de impostos a recuperar	700.508	247.732
Aumento dos investimentos temporários	-	341.010
Aumento de adto. de fornecedores	298.082	64.142
Aumento outros créditos	778.012	-
Aumento das despesas antecipadas	13.880	385
Redução de fornecedores	-	1.325.093



Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal
Inspeção da Receita Federal em Porto Alegre
Equipe Aduaneira 3 - EAD3



ATA DA REUNIÃO
DE AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS
PELO PORTO SECO DE CANOAS

1. DATA, HORA E LOCAL: 17 de julho de 2018, às 10h, na sede da Banrisul Armazéns Gerais S.A., localizada na Avenida Getúlio Vargas, nº. 8201 em Canoas/RS.

PRESENÇAS: PRESENÇAS: Compareceram os representantes da RECEITA FEDERAL: os Srs. Auditores-Fiscais **Gastão Figueira Tonding**, Delegado da Alfândega, **Daniel Balbão**, Substituto Eventual do Delegado da Alfândega e **Sandro Martini Vargas**, Fiscal do Contrato SRRF10 nº 06/2004 e; representando a BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A.: os Srs. **Emir Francisco Benelli**, Gerente Comercial, **Viviam Guimarães da Costa**, Assistente Administrativo, **Vera Lúcia Antonello**, Assistente Administrativo, **Marcelo de Lima Chiela**, Despachante Aduaneiro; representando os DESPACHANTES ADUANEIROS: a Sra. **Cláudia A. B. Caldas**.

2. ORDEM DO DIA: Avaliação dos serviços prestados pelo PORTO SECO DE CANOAS.

ASSUNTOS DISCUTIDOS E DELIBERADOS: 1) RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO: O Sr. Sandro abriu a reunião, como fiscal do Contrato, cumprimentando a todos os presentes e passando a ler o relatório de avaliação dos serviços prestados pelo Porto Seco de Canoas/RS - Bagergs, realizada pela Receita Federal no mês de julho de 2018, conforme segue:

Em conformidade com o previsto na cláusula quarta do Contrato de Permissão para Prestação de Serviços Públicos de Movimentação e Armazenagem de Mercadorias em Porto Seco (Contrato SRRF10 N° 06/2004) e com o artigo 21 da IN RFB nº 1.208/2011, procedi à avaliação dos serviços prestados pelo Porto Seco de Canoas - Bagergs (Banrisul Armazéns Gerais S. A.), conforme descrito a seguir.

Responderam o formulário de avaliação doze avaliadores, sendo dois representantes dos Exportadores (Weatherford Ind Com Ltda e Aniger Calçados Ltda), dois representantes dos Importadores (Full Gauge eletro Controles e Incoterm Ltda), dois representantes dos Transportadores (West Air Cargo e Transpallet), dois representantes dos Despachantes Aduaneiros (Brasportsul e Twin

Complexo Logístico), dois representantes da Receita Federal do Brasil (Auditor-Fiscal Sandro Martini Vargas - Chefe da EAD1 e Auditora-Fiscal Vera Lucila Visioli - Auditora-Chefe Subst. da EAD1), um representante do Ministério da Agricultura (Auditora-Fiscal Agropecuário Consuelo Cortês) e um representante do órgão anuente ANVISA, Fiscal Rosemaria Timm. Aos avaliadores foram entregues os formulários para a avaliação de quesitos relacionados à “Segurança Proporcionada aos Usuários e à Carga” - indicador UM, à “Infraestrutura do Porto Seco” - indicador DOIS e às “Condições da Prestação de Serviços” - indicador TRÊS. Atribuí aos indicadores o mesmo peso, ou seja, o peso UM. O indicador melhor avaliado foi o indicador DOIS que obteve a nota final 8,96. Em segundo lugar, ficou o indicador UM com a nota final 8,79 e por último o indicador TRÊS com a nota final 8,62. Todos os indicadores ficaram, portanto, com notas finais classificadas como sendo SERVIÇOS BONS a qualidade dos serviços prestados pelo permissionário BAGERGS no Porto Seco de Canoas/RS (serviços classificados com notas finais de 5 até 7 são considerados serviços regulares e os classificados com notas finais de 7 até 9 são considerados serviços bons). A NOTA FINAL geral obtida na avaliação da qualidade dos serviços prestados pelo Porto Seco de Canoas/RS no Primeiro Semestre/2018 foi de 8,79 (Serviços Bons), portanto uma nota final geral superior à nota final geral obtida na avaliação do semestre anterior, ou seja, igual a 8,62 (avaliação feita em janeiro/2018). Como a nota final geral cresceu, podemos concluir que a BAGERGS teve um acréscimo na qualidade de seus serviços prestados aos usuários, ressalvando-se, ainda, a necessidade de se corrigir/melhorar os tópicos numerados, mencionados e descritos abaixo. Os seguintes comentários foram feitos nos formulários de avaliação deste primeiro semestre de 2018:

1. O exportador Weatherford reclama quanto à taxa de armazenagem, especialmente com relação às cargas de maior cubagem;

Manifestação na reunião: Sobre esse tema Sr. Emir comentou que a taxa de armazenagem segue a tabela do contrato e que até o momento não havia recebido nenhum questionamento a respeito.

2. O órgão anuente Ministério da Agricultura aponta dificuldades na inspeção das cargas e em sua localização. Reclama, ainda da iluminação deficiente nos armazéns;

Manifestação na reunião: Sobre esse assunto Sr. Sandro comentou ter observado considerável melhora na iluminação, principalmente no armazém 3. Sra. Cláudia, informou da dificuldade do fiscal do MAPA em chegar na carga. Sr. Emir comentou da situação onde o MAPA solicitou inspeção, o material foi separado e até o momento não houve a inspeção. Sr. Emir irá falar com a Sra. Consuelo sobre o assunto.

3. O despachante Twin relata ter notado bastante melhora no atendimento e estrutura;

Manifestação na reunião: Não houve manifestação sobre o assunto.

6

4. O órgão anuente ANVISA aponta melhoras no sistema de localização e movimentação de cargas;

Manifestação na reunião: Não houve manifestação sobre o assunto.

5. Ainda: o orgão anuente ANVISA sugere que sejam mantidos os cuidados de armazenagem e higienização da área de produtos perigosos/inflamáveis;

Manifestação na reunião: Sr. Sandro comentou sobre a armazenagem dos biscoitos vencidos e que o material já foi destruído e removido pela RFB. Sr. Emir informou que houve uma ação de limpeza no armazém dos químicos.

6. O Auditor-Fiscal da RFB Sandro Vargas solicita manutenção do portão de acesso de veículos.

Manifestação na reunião: Sr. Sandro comentou sobre a situação do portão de entrada de veículos da área alfandegada, onde estava em funcionamento apenas um dos lados para a entrada e saída de veículos. Sra. Vera informou que o setor de manutenção da BAGERGS havia comunicado que há dificuldades na contratação de empresa para reparos no portão, pois em razão de grande fluxo de passagem, a possibilidade de avarias é alta e dificulta a garantia do serviço prestado pela empresa de reparos. Porém, Sr. Emir acrescentou que o problema foi resolvido e modificado o sistema de abertura.

Relacionamos a seguir os problemas que foram registrados em relatórios anteriores e que ainda permanecem pendentes de solução na presente avaliação:

1. Iluminação insuficiente nos armazéns.

Manifestação na reunião: Sr. Emir informou que sobre esse assunto a BAGERGS está em constantes melhorias.

2. Dificuldade na localização de cargas a serem vistoriadas.

Manifestação na reunião: Sr. Emir irá buscar informações a respeito do assunto, pois a situação estava solucionada.

Assuntos extras abordados: Sr. Gastão parabenizou a BAGERGS, em razão do aumento da nota final, em relação ao semestre anterior, da avaliação dos serviços prestados pelo Porto Seco de Canoas. Comentou sobre a atual equalização do número de despachos nos Portos Secos: Canoas, Novo Hamburgo e Caxias, após a implementação dos novos procedimentos de liberação de cargas. Adicionou também, que com a aposentadoria de alguns fiscais a RFB trabalha em constantes melhorias para manter a qualidade dos serviços prestados. Sra. Cláudia elogiou os serviços desempenhados pela RFB e BAGERGS, onde observa crescente melhora. Porém, comentou que ainda falta engajamento da equipe do operacional e escritórios, que o relacionamento pode melhorar, observou grande melhora no

armazém 3. Comentou da necessidade da priorização nas respostas de e-mails, pois existem situações em que não há o retorno no mesmo dia e a falta de identificação na assinatura. Em relação ao exposto pela Sra. Cláudia, a Sra. Vera comentou sobre reiterar a circular para os empregados da BAGERGS, no que diz respeito a assinatura do e-mail do setor, Sr. Emir informou que estão em andamento algumas mudanças. Sra. Cláudia consultou o Sr. Sandro acerca da possibilidade das DIs serem distribuídas pela manhã, Sr. Sandro verificará a possibilidade.

4. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e determinada a lavratura desta ata para os efeitos legais, que vai assinada pelos presentes, conforme lista de presenças, em anexo.



Sandro Martini Vargas
AFRFB - Matr. 66040
Chefe EAD/3 - IRF/POA (RS)

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELO PORTO SECO DE CANOAS/RS – BAGERGS

1º SEMESTRE/2018

Em conformidade com o previsto na cláusula quarta do Contrato de Permissão para Prestação de Serviços Públicos de Movimentação e Armazenagem de Mercadorias em Porto Seco (Contrato SRRF10 N° 06/2004) e com o artigo 21 da IN RFB nº 1.208/2011, procedi à avaliação dos serviços prestados pelo Porto Seco de Canoas – Bagergs (Banrisul Armazéns Gerais S. A.), conforme descrito a seguir.

Responderam o formulário de avaliação doze avaliadores, sendo dois representantes dos Exportadores (Weatherford Ind Com Ltda e Aniger Calçados Ltda), dois representantes dos Importadores (Full Gauge eletro Controles e Incoterm Ltda), dois representantes dos Transportadores (West Air Cargo e Transpallet), dois representantes dos Despachantes Aduaneiros (Brasportsul e Twin Complexo Logístico), dois representantes da Receita Federal do Brasil (Auditor-Fiscal Sandro Martini Vargas – Chefe da EAD1 e Auditora-Fiscal Vera Lucila Visioli – Chefe Subst. da EAD1), um representante do Ministério da Agricultura (Auditora-Fiscal Agropecuário Consuelo Cortês) e um representante do órgão anuente ANVISA, Fiscal Rosemaria Timm.

Aos avaliadores foram entregues os formulários para a avaliação de quesitos relacionados à “Segurança Proporcionada aos Usuários e à Carga” – indicador UM, à “Infraestrutura do Porto Seco” – indicador DOIS e às “Condições da Prestação de Serviços” – indicador TRÊS. Atribuí aos indicadores o mesmo peso, ou seja, o peso UM.

O indicador melhor avaliado foi o indicador **DOIS** que obteve a nota final **8,96**. Em segundo lugar, ficou o indicador **UM** com a nota final **8,79** e por último o indicador **TRÊS** com a nota final **8,62**. Todos os indicadores ficaram, portanto, com notas finais classificadas como sendo **SERVIÇOS BONS** a qualidade dos serviços prestados pelo permissionário BAGERGS no Porto Seco de Canoas/RS (serviços classificados com notas finais de 5 até 7 são considerados serviços regulares e os classificados com notas finais de 7 até 9 são considerados serviços bons).

A NOTA FINAL geral obtida na avaliação da qualidade dos serviços prestados pelo Porto Seco de Canoas/RS no Primeiro Semestre/2018 foi de **8,79 (Serviços Bons)**, portanto uma nota final geral superior à nota final geral obtida na avaliação do semestre anterior, ou seja, igual a **8,62** (avaliação feita em janeiro/2018). Como a nota final geral cresceu, podemos concluir que a BAGERGS teve um acréscimo na qualidade de seus serviços prestados aos usuários, ressalvando-se, ainda, a necessidade de se corrigir/melhorar os tópicos numerados, mencionados e descritos abaixo.

Os seguintes comentários foram feitos nos formulários de avaliação deste primeiro semestre de 2018:

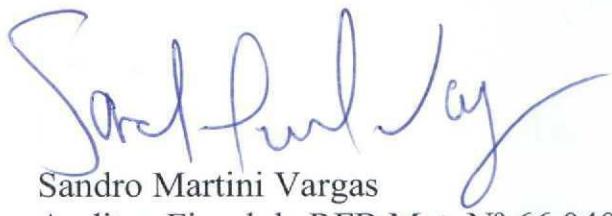
- 1) O exportador Weatherford reclama quanto à taxa de armazenagem, especialmente com relação às cargas de maior cubagem;
- 2) O órgão anuente Ministério da Agricultura aponta dificuldades na inspeção das cargas e em sua localização. Reclama, ainda da iluminação deficiente nos armazéns;
- 3) O despachante Twin relata ter notado bastante melhora no atendimento e estrutura;
- 4) O órgão anuente ANVISA aponta melhorias no sistema de localização e movimentação de cargas;
- 5) Ainda: o orgão anuente ANVISA sugere que sejam mantidos os cuidados de armazenagem e higienização da área de produtos perigosos/inflamáveis;
- 6) O Auditor-Fiscal da RFB Sandro Vargas solicita manutenção do portão de acesso de veículos.

Relacionamos a seguir os problemas que foram registrados em relatórios anteriores e que ainda permanecem pendentes de solução na presente avaliação:

1. Iluminação insuficiente nos armazéns.
2. Dificuldade na localização de cargas a serem vistoriadas.

Este é o relatório.

Canoas, 13 de julho de 2018.



Sandro Martini Vargas

Auditor-Fiscal da RFB Mat. N° 66.040

Fiscal do Contrato SRRF10 n° 06/2004

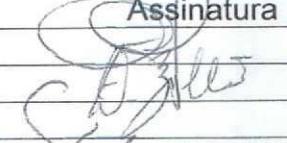
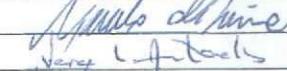
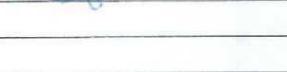
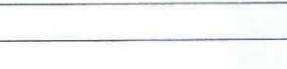
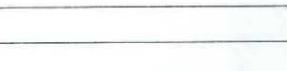
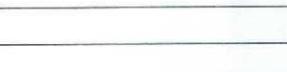
Portaria IRF/POA n° 14 de

16/março/2015.



**Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal
Inspetoria da Receita Federal em Porto Alegre
Equipe Aduaneira 7 – EAD 7**

Lista de Presenças da Reunião do dia 17.07.2018, às 10h

Nome	Empresa	Assinatura
GASTÃO FIGUEIRA TONING	RFB	
DANIEL B. BALBÃO	RFB	
SANDRO MARTINI D'ARCO	RFB	
EMIR FRANCISCO BENELLI	BAGERGS	
Cláudia A. B. Colombo	desjocelout	
MARCELA DE MIMA CHIELA	BAGERGS	
Luiz Antônio	BAGERGS	
Viviane Guimarães de Góis	Bagergs	
Ciobanu Tulibowiski Neumann	RATERGS	



Receita Federal

Secretaria da Receita Federal - SRF
Coordenação-Geral de Programação e Logística – Copol
Coordenação de Recursos Materiais – Comat
Divisão de Contratos - Dicon



Processo nº : 11080.003683/2002-09
Interessado : SRRF 10 RF
Assunto : Aprovação do Contrato – SRRF 10 RF / BANRISUL ARMAZÉNS

De conformidade com o disposto no inciso I do artigo 33 do Decreto nº 93.872, de 23/12/86 e considerando a delegação de competência constante da Portaria SRF nº 165, de 06/02/2003, encaminhamos o presente processo ao Chefe de Gabinete do Secretário da Receita Federal, para fins de aprovação do Contrato nº 06/2004 que tem por objeto deferir a Permissão para prestação de serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias no Porto Seco de Canoas/RS, para carga geral, celebrado em 24/09/2004, entre a União, representada pela SRRF 10 RF e a empresa, BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S/A – CNPJ/MF nº 92.721.232/0001-57, constante das fls. 2026 a 2048.

Brasília/DF, 09 de outubro de 2004.

José Ribamar Mendes Diniz
Coordenador-Geral de Programação e Logística

De conformidade com o disposto no Inciso I do Artigo 33 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986,

Aprovo o Contrato nº 06/2004, celebrado em 24/09/2004 entre a União, representada pela SRRF 10 RF e a empresa, BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S/A – CNPJ/MF nº 92.721.232/0001-57, cujo objeto é deferir a Permissão para prestação de serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias no Porto Seco de Canoas/RS, para carga geral, constante das fls. 2026/2048.

Brasília/DF, 09 de outubro de 2004.

Expedito José V. Gonçalves
Chefe de Gabinete do Secretário da Receita Federal